

RELATO INTEGRADO E ISOMORFISMO: UMA ANÁLISE EM EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

LÉIA REGINA PINTO NASCIMENTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

LEANDRO MARCONDES CARNEIRO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Introdução

O Relato Integrado (RI) surge como uma nova forma de relatório corporativo que conduz para uma integração da comunicação de ações, práticas e indicadores econômicos, sociais e ambientais. Na busca por espelhar-se em outras organizações a fim de garantir métodos de comparabilidade em seus relatórios, forças poderosas atuam sobre diferentes organizações pertencentes a um mesmo ramo de negócios, levando-as a se tornarem cada vez mais parecidas umas com as outras. Na Teoria Institucional, o isomorfismo é o conceito que melhor capta esse processo de homogeneização das organizações.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Visando entender como os mecanismos isomórficos podem influenciar na adequação das organizações ao RI, esta pesquisa teve como objetivo analisar comparativamente os RI das empresas do Setor Elétrico Brasileiro e a possível influência isomórfica na adequação e divulgação de informações socioambientais. A pesquisa busca fornecer subsídios que permitam entender como as ações das empresas voltadas para a divulgação de informações socioambientais estão sendo norteadas na adequação ao RI.

Fundamentação Teórica

O conceito de isomorfismo institucional é o que melhor capta o processo de homogeneização das organizações. O isomorfismo constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais. Os mecanismos de isomorfismo, categorizados por DiMaggio e Powell, são o isomorfismo coercitivo, que deriva de influências e de problemas de legitimidade; o isomorfismo mimético, que resulta de respostas padronizadas à incerteza; e o isomorfismo normativo, associado à profissionalização.

Metodologia

Foram selecionadas sete empresas de capital aberto do Setor Elétrico Brasileiro, no período de 2019 a 2021, de acordo com a disponibilidade dos dados. Optou-se por analisar os capitais não financeiros, que são os que apresentam informações não obrigatórias e de divulgação voluntária. Para análise foi utilizada a metodologia de Nascimento et. al, (2015), que estabeleceu variáveis para identificar o nível de aderência dos capitais não financeiros nas amostras coletadas através de citações de palavras-chave. Após a aplicação do checklist de indicadores-chave, utilizou-se o Índice de Divulgação

Análise dos Resultados

As empresas sofrem influência normativa e coercitiva nos capitais Natural e Humano, nos quais existe maior regulamentação do setor e pressões externas para divulgação de informações de ambos os capitais. Quanto ao capital Intelectual, onde apresentaram o pior desempenho, nos permite relacionar com a pandemia de covid-19 na hipótese de que quando situações ambientais e sociais produzem incertezas e ambiguidades em relação à determinadas políticas a serem adotadas, as organizações tendem a imitar outras que são percebidas como estáveis, eficientes e críveis, no ambiente em que estão inseridas.

Conclusão

Foi possível verificar que uma prática ser percebida como relevante no ambiente econômico em que a empresa está inserida sobrepõe a necessidade de legislação específica para divulgação e adoção de determinadas políticas, o que faz relação com o isomorfismo coercitivo, pautado em práticas do setor ou pressões externas. Acredita-se que este estudo estimule a realização de novas pesquisas sobre os indicadores evidenciados nos capitais financeiros e não financeiros dos relatos integrados de empresas dos diversos setores da economia, e sua relação com a Teoria Institucional e o Isomorfismo.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, L.N.; KASSAI, J. R. Relato integrado: a nova revolução contábil. Revista Fipecafi, São Paulo, v. 1, p. 21-34, ago. 2014. DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. RAE - Revista de Administração de Empresas, vol. 45, n. 2, p. 74-89, 2005. IIRC – A Estrutura Internacional para Relato Integrado. Integrated Reporting, 2013. MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. American Journal of Sociology, v.83, p.340-363, 1977.

Palavras Chave

Relato integrado, Isomorfismo institucional, Energia Elétrica

RELATO INTEGRADO E ISOMORFISMO: UMA ANÁLISE EM EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

1. INTRODUÇÃO

Os impactos socioambientais gerados pelas atividades das organizações em todo o mundo vêm atraindo interesse cada vez maior dos stakeholders, e em especial no Setor Elétrico, onde há preocupação frequente devido à ameaça de esgotamento dos recursos naturais pelo consumo desenfreado. A pressão desses grupos tem levado as empresas de energia elétrica ao desafio de repensar a sustentabilidade, ocasionando uma mudança de orientação estratégica das organizações quanto às políticas de sustentabilidade e à divulgação das informações de interesse de seu público.

Reis e Morais (2021) afirmam que as organizações de diversos setores têm aderido aos Relatórios de Sustentabilidade para intensificar a prática de relatar informações socioambientais, o que tem suscitado para as organizações uma aparente postura ética quanto à gestão de seu negócio, porém com informações divulgadas sem padronização. E nesse contexto, surge a proposta do Relato Integrado (RI) como um novo formato de relatório corporativo que conduz para uma integração da comunicação de ações, práticas e indicadores econômicos, sociais e ambientais e é um assunto inovador no meio organizacional.

Kussaba (2015) defende que a uniformidade de relatórios de desempenho financeiro e não financeiro da entidade provavelmente produzirão informações comparáveis às empresas globais, possibilitando as atividades de aferição e avaliação, as quais não são, atualmente, completamente possíveis.

Nesse processo de busca por espelhar-se em outras organizações a fim de garantir métodos de comparabilidade em seus relatórios, Dimaggio e Powell (2015) afirmam que forças poderosas atuam sobre diferentes organizações pertencentes a um mesmo ramo de negócios, levando-as a se tornarem cada vez mais parecidas umas com as outras, e, dentro da Teoria Institucional, o isomorfismo é o conceito que melhor capta esse processo de homogeneização das organizações.

Estudos anteriores buscaram compreender a relação entre o isomorfismo, em suas diversas formas, e a evidenciação de informações socioambientais nos relatórios das organizações. Silva, Coelho e Cavalcante (2016) buscaram analisar como ocorre o isomorfismo nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico que compõem o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial). Já Sampaio e Gomes *et. al.* (2012) buscaram investigar a eventual presença de um processo isomórfico entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração no Brasil.

Dada a necessidade de existência de meios de mensuração e controle dos impactos causados pela atividade no setor elétrico brasileiro, aliado à relevância de haver divulgação dessas informações de forma a conferir credibilidade aos stakeholders, a presente pesquisa é de grande importância para compreensão dos fatores que influenciam as organizações na adequação de seus relatórios a essas exigências.

Diante disso, visando entender como os mecanismos isomórficos podem influenciar na adequação das organizações ao Relato Integrado, esta pesquisa teve como objetivo analisar comparativamente os Relatos Integrados das empresas do Setor Elétrico Brasileiro e a possível influência isomórfica na adequação e divulgação de informações socioambientais. A pesquisa busca fornecer subsídios que permitam entender como as ações das empresas voltadas para a divulgação de informações socioambientais estão sendo norteadas na adequação ao Relato Integrado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Sustentabilidade e Responsabilidade Social no Setor Elétrico Brasileiro

Segundo Reis (2019), o setor elétrico no Brasil tem certas particularidades, pois, dada a formação de um sistema elétrico baseado na geração de energia hidráulica, o percentual de renováveis na matriz elétrica nacional está bem acima do que a média mundial. Destaca-se que condições geográficas e territoriais favoráveis trazem a possibilidade de uma inserção ainda maior de energias limpas, notadamente das fontes solar fotovoltaica e eólica, com benefícios sociais, ambientais e econômicos. Entretanto, assim como nos outros países, existem entraves políticos e operacionais que atrasam a transição energética no Brasil.

Gray, Bebbington e Walters (1993, citado por Sampaio e Gomes, 2010), afirmam que uma das formas que as empresas têm buscado para alcançar legitimidade tem sido por meio da evidencição voluntária de informações socioambientais, uma vez que este tipo de informação se encontra alinhada com as preocupações da sociedade.

Apesar do crescimento no volume de evidencição das informações socioambientais, é necessário melhorar a qualidade e a quantidade de informação divulgada, pois na maioria desses relatórios as informações são divulgadas fragmentadas e de forma não integrada (ADAMS; HILL; ROBERTS, 1998).

2.2. Teoria Institucional e Isomorfismo

A Teoria Institucional teve como ponto de partida teorias organizacionais, que, por sua vez, tiveram forte influência do trabalho de importantes pensadores da ciência moderna, como Max Weber.

Segundo Meyer e Rowan (1977), a teoria institucional possui em seu cerne o institucionalismo, que busca a explicação motivacional das organizações incorporarem práticas e procedimentos definidos pelos conceitos que predominam no ambiente organizacional e que estejam institucionalizados na sociedade. Eles afirmam que as organizações são orientadas a incorporar as práticas e procedimentos definidos pelos conceitos racionalizados anteriores do trabalho organizacional e institucionalizados na sociedade. Em outras palavras, segundo a teoria institucional, quando o mercado expande, as relações organizacionais em dado domínio tendem a se tornar mais complexas e diferenciadas. E, a partir daí, com a modernização das sociedades, novas organizações tenderiam a espelhar-se em modelos organizacionais existentes e já consolidados, tornando-as cada vez menos legítimas e favorecendo um processo de homogeneidade das organizações.

2.2.1. Mecanismos de Mudança Isomórfica Institucional

DiMaggio e Powell (2005) afirmam que o conceito de isomorfismo é o que melhor capta o processo de homogeneização das organizações. Hawley (1968, citado por DiMaggio e Powell, 2005) define o isomorfismo institucional como um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais.

Ainda de acordo com DiMaggio e Powell (2005), existem três mecanismos por meio dos quais ocorrem mudanças isomórficas institucionais, cada um com seus próprios antecedentes: 1) isomorfismo coercitivo, que deriva de influências e de problemas de legitimidade; 2) isomorfismo mimético, que resulta de respostas padronizadas à incerteza; e 3) isomorfismo normativo, associado à profissionalização.

Sobre o isomorfismo coercitivo:

O isomorfismo coercitivo resulta tanto de pressões formais quanto de pressões informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem, e pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam. Tais pressões podem ser sentidas como coerção, como persuasão, ou como um convite para se unirem em conluio. Em algumas circunstâncias a mudança organizacional é uma resposta direta a ordens governamentais. (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.77).

Sobre o isomorfismo mimético, DiMaggio e Powell (2005) dizem o seguinte:

Tomar outras organizações como modelo, como denominamos, constitui uma resposta à incerteza. A organização imitada pode não estar consciente de que está sendo imitada ou pode não ter o desejo de ser imitada. Ela simplesmente serve como fonte conveniente de práticas que a organização que a copia pode utilizar. Os modelos podem ser difundidos involuntariamente, indiretamente por meio da transferência ou rotatividade de funcionários, ou explicitamente por organizações como firmas de consultoria ou associações de comércio de indústrias. Até mesmo as inovações podem ser creditadas ao fato de se possuir outras organizações como modelo. (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 78).

O isomorfismo normativo provém da profissionalização. DiMaggio e Powell (2015) afirmam que existem dois importantes aspectos da profissionalização que são fontes do isomorfismo: o fato da educação formal e da legitimação se apoiarem numa base cognitiva produzida por especialistas universitários; e o crescimento e elaboração de redes profissionais que transcorrem as organizações e por meio dos quais novos modelos são difundidos.

Os autores definem que os mecanismos de isomorfismo podem existir concomitantemente pois, por influências de diferentes aspectos, pode haver a presença de mais de um mecanismo no processo de mudança isomórfica em instituições, e esses mecanismos fazem parte do processo de homogeneização das organizações.

Seguindo essa linha de raciocínio, os autores de “A gaiola de ferro revisitada: Isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais” defendem algumas hipóteses, dentre as quais destacamos as seguintes:

Hipótese A-1: Quanto maior o grau de dependência de uma organização em relação a outra, mais similar ela se tornará a essa organização em termos de estrutura, ambiente e foco comportamental.

Hipótese B-1: Quanto mais um campo organizacional depende de uma única fonte (ou muitas fontes, mas similares) de fornecimento de recursos vitais, maior o nível de isomorfismo.

Hipótese B-2: Quanto mais as organizações em um campo interagem com as agências governamentais, maior o grau de isomorfismo no campo como um todo.

Hipótese B-3: Quanto menor o número de alternativas visíveis de modelos organizacionais em um campo, maior a taxa de isomorfismo neste campo.

2.3. Relato Integrado

Conforme Freitas e Freire (2017) o Relato Integrado foi criado em 2010 por iniciativa do The Prince's Accounting for Sustainability Project (A4S) em conjunto com o Global Reporting Initiative (GRI), com o intuito de elaborar uma estrutura de relatório capaz de integrar as informações das divulgações corporativas. Informações principalmente de caráter socioambiental vinham sendo feitas, em relatórios de sustentabilidade, de forma voluntária e sem padronização, e o Relato Integrado foi proposto com o objetivo de padronizar os relatórios de sustentabilidade a fim de obter uma melhor análise e comparabilidade das informações.

A divulgação da estrutura conceitual do Relato Integrado ocorreu em 2013, visando explicar aos stakeholders e à sociedade como uma organização gera valor ao longo do tempo (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING CONCIL, 2013).

Conforme a Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado, os Capitais do RI são os seguintes:

a) Capital financeiro: Conjunto de recursos que está disponível a uma organização para ser utilizado na produção de bens ou na prestação de serviços, ou é obtido por meio de financiamentos;

b) Capital humano: As competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar;

c) Capital intelectual: São intangíveis organizacionais baseados em conhecimento;

d) Capital manufaturado: Objetos físicos manufaturados (diferentes de objetos físicos naturais) disponíveis a uma organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços, incluindo prédios, equipamentos, infraestrutura (estradas, portos, pontes etc.).

e) Capital natural: Todos os recursos e processos renováveis e não renováveis que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização. Isto inclui: água, terra, minerais e florestas, a biodiversidade e a saúde do ecossistema.

f) Capital social e de relacionamento: Relacionamentos dentro e entre stakeholders, e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo.

Carvalho e Kassai (2014) defendem que a análise dos capitais permite que os gestores levem em consideração não só as informações de caráter financeiro, mas também as relacionadas aos ativos intangíveis que criam valor para a organização.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram adotados os seguintes critérios para seleção da amostra: (i) empresas de capital aberto constantes no site da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado; (ii) foram selecionadas apenas as empresas do Setor Elétrico que divulgaram nos anos de 2019 a 2021 seu relatório no modelo de Relato Integrado.

Assim, para análise preliminar da amostra, foram selecionadas oito empresas de capital aberto do Setor Elétrico Brasileiro, conforme descrito no Quadro 1:

Quadro 1 - Empresas Selecionadas

Empresa	Classificação setorial na B3	Tipo de Relatório
CPFL	Utilidade Pública / Energia Elétrica / Energia Elétrica	Relato Integrado
ELETROBRAS	Utilidade Pública / Energia Elétrica / Energia Elétrica	Relato Integrado
LIGHT	Utilidade Pública / Energia Elétrica / Energia Elétrica	Relato Integrado
CELESC	Utilidade Pública / Energia Elétrica / Energia Elétrica	Relato Integrado
ISA CTEEP	Utilidade Pública / Energia Elétrica / Energia Elétrica	Relato Integrado
EDP	Utilidade Pública / Energia Elétrica / Energia Elétrica	Relato Integrado
COPEL	Utilidade Pública / Energia Elétrica / Energia Elétrica	Relato Integrado
CEMIG	Utilidade Pública / Energia Elétrica / Energia Elétrica	Relato Integrado

Fonte: Autoria própria, com base nos dados da B3.

Dessas empresas, foi feita uma análise no site oficial de cada uma delas para verificar quais haviam apresentado relatório no padrão de RI no período de 2019 a 2021, e o resultado obtido está apresentado no quadro abaixo:

Quadro 2 - Relatórios divulgados no padrão RI

Empresa	Nome do Relatório	2019	2020	2021
CELESC	Relatório de Sustentabilidade	x	x	SIM

CEMIG	Relatório Anual de Sustentabilidade	SIM	SIM	SIM
COPEL	Relato Integrado	SIM	SIM	SIM
CPFL	Relatório Anual	SIM	SIM	SIM
EDP	Relatório Anual	SIM	SIM	SIM
ELETROBRAS	Relatório Anual	SIM	SIM	SIM
ISA CTEEP	Relatório Anual de Sustentabilidade	SIM	SIM	SIM
LIGHT	Relatório Anual	SIM	SIM	SIM

Fonte: Autoria própria com base nos dados dos sites de cada empresa.

Após essa análise, a empresa CELESC foi excluída da amostra por ter apresentado o Relato Integrado somente no ano de 2021, e foi definida a amostra contendo 7 empresas do Setor Elétrico: CEMIG, COPEL, CPFL, EDP, ELETROBRAS, ISA CTEEP E LIGHT.

Optou-se por analisar os capitais não financeiros, que são os que apresentam informações não obrigatórias e de divulgação voluntária. Para análise dos dados foi utilizada a metodologia de Nascimento *et. al.*, (2015), que estabeleceu variáveis para identificar o nível de aderência dos capitais não financeiros nas amostras coletadas através de citações de palavras-chave. O Quadro 3 apresenta as palavras-chave e seus sinônimos para cada indicador analisado:

Quadro 3 – KPIs dos Capitais Não Financeiros

Capital	KPI's	Palavras-chave
Natural	1. Emissão de CO2	emissão, emissões, gás, gases, carbono, CO2
	2. Consumo de energia por fonte de energia	energia, fonte
	3. Quantidade de resíduos	Resíduos
	4. Resíduos reciclados	recicla, reciclado, reciclagem, recicláveis
	5. Investimentos em proteção ambiental	investimento, proteção, ambiental, ambiente
	6. Consumo de água	água, consumo
Humano	1. Número de funcionários	empregado, colaborador, colaboradores
	2. Diversidade	diversidade, sexo, gênero, faixa etária, grau de instrução, etnia, raça
	3. Total investido em treinamento	treinamento, capacitação
	4. Funcionários em aprendizagem eletrônica corporativa	aprendizagem, eletrônica, corporativa, virtual, educação à distância, online
	5. Média de idade	etária, idade
	6. Média de horas de treinamento por funcionário	treinamento, capacitação
	7. Resultado da pesquisa com funcionários	pesquisa, clima organizacional
	8. Acidentes com lesão por milhões de horas trabalhadas	lesão, movimento repetitivo
	9. Taxa de absenteísmo	absenteísmo, frequência, ausência
	10. Taxa de demissão	demissão, desligamento, rotatividade, turn-over
	11. Relação de salário-mínimo	salário, remuneração
Social e de Relacionamento	1. Ranking de "Excelente lugar pra trabalhar"	ranking, excelente, melhor, excelência

	2. Número de voluntários	voluntário
	3. Reclamações trabalhistas/processos	reclamações, trabalhista, reclamação, processo
	4. Envolvimento em ações sociais	ações, social, projeto
	5. Envolvimento em projetos culturais	projeto, cultura, culturais, cultural
	6. Índice de satisfação do cliente	satisfação, pesquisa, índice
	7. Provisão para projetos sociais	projeto, social, sociais
	8. "Investimentos social" (dinheiro gasto em filantropia)	investimento, social, filantropia, gasto
	Intelectual	1. Número de patentes requeridas
2. Dinheiro gasto em P&D		P&D, pesquisa, desenvolvimento, gasto
3. Número de testes com nova tecnologia		teste, tecnologia, nova
4. Reconhecimento da Marca		marca, reconhecimento
5. Número de novo produtos desenvolvidos		produto, novo, desenvolvimento
6. Despesas com desenvolvimento de mudanças/processos da organização;		mudança, processo, despesa
7. Despesas com o desenvolvimento de softwares para sistemas internos;		software, sistema, interno, despesa, venda, original
8. Vendas geradas por produtos originados de P&D		pesquisa, desenvolvimento

Fonte: Adaptado de Nascimento *et. al* (2015).

Os indicadores foram analisados por divulgação com materialidade, que permita mensurar e comparar os dados apresentados. Após a aplicação do *checklist* de indicadores-chave, utilizou-se o Índice de Divulgação de Nascimento *et. al* (2015), onde foi calculado o quociente entre o total de itens divulgados pela empresa em análise e o somatório do total dos itens que constituem cada categoria. São elas: KPIs - Capital Natural (7), KPIs - Capital Humano (11), KPIs - Capital Social e de Relacionamento (8), KPIs - Capital Intelectual (8) e o KPIs – Capitais (34). O cálculo e a aplicação deste índice tiveram a finalidade de obter o nível de aderência de divulgação dos capitais natural, humano, social e relacionamento e intelectual. Para isto, foram atribuídos valores dicotômicos que assumem o valor 0, se o indicador não é divulgado, e o valor 1, se o indicador é divulgado.

Figura 1: Equação Índice de Divulgação

$$IDG_i = \sum_{j=1}^e e_j / e$$

Fonte: Adaptado de Nascimento *et. al* (2015).

Onde:

ID_i Índice de Divulgação da empresa i;

e_j Variável dicotômica que assume o valor 0 se o indicador j não é divulgado, e o valor de 1 se o indicador j é divulgado;

e Número máximo de indicadores analisados (34).

Ainda utilizando a metodologia de Nascimento *et. al*, (2015), os níveis de aderência foram classificados conforme a o Quadro 4:

Nível	Quociente	Classificação
1	0,76 a 1,0	Bom

2	0,51 a 0,75	Satisfatório
3	0,26 a 0,50	Insatisfatório
4	0,0 a 0,25	Ruim

Fonte: Adaptado de Nascimento *et. al* (2015).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Serão apresentados aqui os resultados referentes ao índice de divulgação dos KPI's dos capitais não financeiros, bem como uma análise da possível influência isomórfica nos Relatos Integrados das empresas do Setor Elétrico Brasileiro.

4.1. Capital Natural

No Capital Natural foi onde as empresas analisadas apresentaram os maiores índices de divulgação dos indicadores-chave (KPI's). O resultado da análise pelo nível de aderência aos indicadores-chave evidencia o comportamento semelhante das empresas, onde 6 das 7 empresas analisadas classificaram em nível de aderência Bom, e a média das 7 empresas também seguiu a mesma classificação:

Quadro 5 – Nível de Aderência aos Indicadores-chave do Capital Natural entre 2019 e 2021

CAPITAL	CEMIG	COPEL	CPFL	EDP	ELETROBRAS	ISA CTEEP	LIGHT
Natural	1,00	1,00	0,83	1,00	0,67	0,83	0,89

Fonte: Autoria própria, dados da pesquisa.

Legenda:

 BOM  SATISFATÓRIO

De modo geral, é possível inferir que exista uma influência de isomorfismo coercitivo na divulgação de indicadores-chave do Capital Natural, principalmente nos indicadores 1 (emissão de CO2) e 5 (investimentos em proteção ambiental), que tiveram 100% de divulgação pelas 7 empresas, nos 3 anos analisados. O setor elétrico possui legislações voltadas para o controle dos impactos ambientais e preservação do meio ambiente. Dentre elas a Lei Nº 12.114/2009, que criou o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e estabelece a destinação de recursos para estudos e projetos de prevenção de emissões de gases de efeito estufa e investimentos em controle de impactos ambientais.

As Hipóteses B-1 e B-2 defendidas por DiMaggio e Powell (2005) tem total aderência no setor elétrico brasileiro, onde as empresas em sua grande maioria dependem da mesma fonte de energia por serem majoritariamente hidrelétricas, e se faz necessário a existência de leis e normas com a presença de agências governamentais como a ANEEL, para regulamentar a atividade e monitorar os impactos ambientais causados por esta.

4.2. Capital Humano

Em relação ao Capital Humano, a evidenciação dos indicadores também apresentou comportamento semelhante, onde 4 empresas obtiveram o nível de aderência Bom, e 3 obtiveram a classificação em Satisfatório:

Quadro 6 – Nível de Aderência aos Indicadores-chave do Capital Humano entre 2019 e 2021

CAPITAL	CEMIG	COPEL	CPFL	EDP	ELETROBRAS	ISA CTEEP	LIGHT
Humano	0,91	0,61	0,64	0,91	0,70	0,79	0,79

Fonte: Autoria própria, dados da pesquisa.

Legenda:

 BOM  SATISFATÓRIO

A ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica, além do seu papel de mediação, regulação e fiscalização, também exige o cumprimento das obrigações dispostas nos contratos de prestação dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Dessa

forma, ela orienta sobre alguns requisitos mínimos a serem observados pelas empresas que com ela celebram contrato de concessão, no que diz respeito à divulgação de informações de natureza econômica e financeira, bem como de responsabilidade social. A Hipótese A-1, proposta por DiMagio e Powell (2005) diz que quanto maior o grau de dependência de uma organização em relação a outra, mais similar ela se tornará a essa organização em termos de estrutura, ambiente e foco comportamental. Sendo a ELETROBRAS uma empresa criada inicialmente como estatal, com o objetivo de coordenar as atividades das empresas do setor elétrico, é natural que ela ainda exerça influência nas demais empresas, confirmando a evidência de um isomorfismo normativo, e foi a única empresa que divulgou, mesmo que não em todos os anos, todos os indicadores do capital Humano.

4.3. Capital Social e de Relacionamento

O capital Social e de Relacionamento foi o que apresentou o comportamento menos similar entre os 4 capitais analisados. É importante destacar que para classificar o indicador como divulgado ou não, o critério foi pela materialidade. Algumas informações eram apenas citadas nos relatórios, sem dados concretos ou medidas que permitissem análise e comparação.

Quadro 7 – Nível de Aderência aos Indicadores-chave do Capital Social e de Relacionamento entre 2019 e 2021

CAPITAL	CEMIG	COPEL	CPFL	EDP	ELETROBRAS	ISA CTEEP	LIGHT
Social e de Relacionamento	0,88	0,88	0,63	0,75	0,75	0,38	0,63

Fonte: Autoria própria, dados da pesquisa.

Legenda:

■ BOM ■ SATISFATÓRIO ■ INSATISFATÓRIO

4.4. Capital Intelectual

O capital intelectual foi onde as empresas apresentaram o menor desempenho quanto ao nível de aderência aos indicadores-chaves. O quadro a seguir mostra os dados:

Quadro 8 – Nível de Aderência aos Indicadores-chave do Capital Intelectual entre 2019 e 2021

CAPITAL	CEMIG	COPEL	CPFL	EDP	ELETROBRAS	ISA CTEEP	LIGHT
Intelectual	0,63	0,25	0,50	0,50	0,29	0,13	0,50

Fonte: Autoria própria, dados da pesquisa.

Legenda:

■ SATISFATÓRIO ■ INSATISFATÓRIO ■ RUIM

Os indicadores do Capital Intelectual referem-se a investimentos e P&D, novas tecnologias, desenvolvimento de novos produtos, desenvolvimento de softwares, entre outros. Dois dos três anos analisados coincidiram com a pandemia da covid-19 no Brasil, e em seus relatórios, todas as empresas citaram que estão incluindo em suas metas para os próximos anos o desenvolvimento de ações voltadas para pesquisa e desenvolvimento tecnológico, a fim de otimizar seus controles internos e melhorar seus indicadores sociais, ambientais e financeiros.

A Hipótese B-3, de DiMaggio e Powell (2005) defende que quanto menor o número de alternativas visíveis de modelos organizacionais em um campo, maior a taxa de isomorfismo neste campo. A pandemia de covid-19 trouxe uma mudança de comportamento e exigiu novas medidas organizacionais para manter atividades essenciais mesmo com necessidade de isolamento. Tecnologias que permitissem monitoramento remoto, treinamento online para colaboradores, investimentos em softwares e em P&D se tornaram ainda mais necessários a partir desse cenário, e diante da urgência, todas as empresas se comportaram de forma similar, com estudos de viabilidade de projetos voltados para desenvolvimento tecnológico para aplicação a partir de 2022, o que se mostra alinhado com a hipótese proposta e alinhado com o isomorfismo mimético.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como princípio a existência de um novo modelo de relatório que visa unificar informações financeiras e socioeconômicas, e que a adesão das empresas a este modelo ainda ocorre de forma voluntária, o presente trabalho visou entender como os mecanismos isomórficos podem influenciar na adequação das organizações ao Relato Integrado, analisando comparativamente os Relatos Integrados das empresas do Setor Elétrico Brasileiro pela divulgação com materialidade desses indicadores.

Buscou-se colher evidências que sustentassem a hipótese de que as empresas do setor elétrico brasileiro eram influenciadas por regulamentações existentes, de forma normativa, e que havia também a influência coercitiva, a partir de práticas já consolidadas neste setor ou por pressão dos stakeholders.

A partir da definição de indicadores-chaves proposta por Nascimento *at. al*, (2015), e tendo como ferramentas a fórmula de Índice de Divulgação e a metodologia de Classificação dos Níveis de Aderência aos indicadores-chaves, ambas de Nascimento *at. al*, (2015), a pesquisa mostra que as empresas do setor elétrico sofrem influência normativa e coercitiva nos capitais Natural e Humano, onde existe maior regulamentação do setor e pressões externas para divulgação de informações de ambos os capitais.

O resultado analisado referente ao capital Intelectual, onde as empresas obtiveram o pior desempenho quanto ao nível de aderência, nos permite fazer relação com a pandemia de covid-19 a partir da hipótese de que quando situações ambientais e sociais produzem incertezas e ambiguidades em relação à determinadas políticas a serem adotadas, as organizações tendem a modelar-se imitando outras que são percebidas como estáveis, eficientes e críveis, no ambiente ou setor onde estão inseridas.

Através do estudo foi possível verificar que o fato de uma prática ser percebida como relevante no ambiente econômico em que a empresa está inserida sobrepõe a necessidade de legislação específica para divulgação e adoção de determinadas políticas, o que faz relação com o isomorfismo coercitivo, pautado em práticas do setor ou pressões externas.

Tendo em vista que a adoção do Relato Integrado por empresas brasileiras é relativamente recente, acredita-se que este estudo venha a estimular a realização de novas pesquisas sobre os indicadores evidenciados nos capitais financeiros e não financeiros dos relatos integrados de empresas dos diversos setores da economia, e sua relação com a Teoria Institucional e o Isomorfismo, a fim de propor novos parâmetros de análise e identificar nesse contexto formas de melhor evidenciar as informações de tanta relevância para os stakeholders.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. A.; HILL, W.; ROBERTS, C. B. **Corporate social reporting practices in Western Europe: legitimating corporate behavior** *British Accounting Review*. v. 30, p. 1-21, 1998. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0890838997900603?via%3Dihub>. Acesso em 02 set 2022.

ANEEL. **Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL**. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br>. Acesso em 29 set 2022.

AZEVEDO, Tania Cristina; CRUZ, Claudia Ferreira da. **Evidenciação das Informações de Natureza Socioambiental Divulgadas Pelas Distribuidoras de Energia Elétrica que Atuam na Região Nordeste do Brasil e sua Relação com Indicadores de Desempenho Empresarial**. XIV Congresso Brasileiro de Custos, João Pessoa – PB, 2007. Disponível em <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/1527/1527>. Acesso em 02 ago 2022.

CARVALHO, L.N.; KASSAI, J. R. **Relato integrado: a nova revolução contábil**. Revista Fipecafi, São Paulo, v. 1, p. 21-34, ago. 2014. Disponível em: http://www.erudito.fea.usp.br/portalFEA/Repositorio/7050/Documentos/artigo%20ReLato%20Integrado%20-%20Revista_FIPECAFI_Vol1%20AGO2014_versao_3.pdf. Acesso em 10 ago 2022.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais**. RAE - Revista de Administração de Empresas, vol. 45, n. 2, p. 74-89, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37123>. Acesso em 17 jul 2022.

FREITAS, B. F. G.; FREIRE, F. S. **Relato Integrado: um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade**. Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão, 12(1), 77-92, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13399>. Acesso em 17 ago 2022.

IIRC – **A Estrutura Internacional para Relato Integrado**. Integrated Reporting, 2013. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>. Acesso em 17 ago 2022.

KUSSABA, Cristiane Tiemi. **Análise dos elementos de conteúdo do relato integrado: Itaú Unibanco e Natura - 2013 e 2014**. São Paulo, 2015.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. **Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony**. American Journal of Sociology, v.83, p.340-363, 1977. Disponível em: http://www.ccsa.ufpb.br/gets/contents/documentos/meyer_rowan_teorias_institucional.pdf. Acesso em 23 jul 2022.

REIS, Fernando Simões dos. **O Controle de Sustentabilidade do Setor Elétrico pelos Tribunais de Contas**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, PUCRS, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-05022016-114515/pt-br.php>. Acesso em 15 jul 2022.

REIS, L. G. D.; MORAIS, C. M. **Relato integrado: uma análise comparativa entre empresas brasileiras e europeias sob a ótica da teoria institucional**. Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/879>. Acesso em 15 jul 2022.

SAMPAIO, Márcio Santos; GOMES, Sonia Maria da Silva; BRUNI, Adriano Leal; FILHO, José Maria Dias. **Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: Um Estudo com Mineradoras Brasileiras**. Revista Universo Contábil, vol. 8, núm. 1, 2012. Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117022715007.pdf>. Acesso em 04 ago 2022.

SILVA, N. E. F.; COELHO, P. F. C.; CAVALCANTE, C. E. **Isomorfismo e Sustentabilidade: análise nas empresas do setor elétrico brasileiro**. Exacta, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81046356008>. Acesso em 29 ago 2022.